



## PROGRAMA DO CONCURSO

---

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS PARA  
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO  
EDIFÍCIO DO CENTRO PARA A INOVAÇÃO E  
QUALIFICAÇÃO EM SAÚDE SUSTENTÁVEL

2023

## Índice

Artigo 1.º Objeto de Concurso.....	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante .....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º Júri do procedimento .....	3
Artigo 5.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento .....	4
Artigo 6.º Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento .....	4
Artigo 7.º Órgão competente para prestar esclarecimentos .....	5
Artigo 8.º Documentos que constituem as propostas.....	5
Artigo 9.º Idioma dos documentos da proposta .....	6
Artigo 10.º Apresentação de propostas variantes.....	6
Artigo 11.º Propostas de preço anormalmente baixo .....	6
Artigo 12.º Prazo e modo de apresentação das propostas .....	6
Artigo 13.º Admissão das propostas.....	7
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas .....	8
Artigo 15.º Critério de adjudicação .....	8
Artigo 16.º Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação.....	13
Artigo 17.º Documentos de habilitação.....	13
Artigo 18.º Não apresentação dos Documentos de Habilitação.....	13
Artigo 19.º Prevalência.....	13
Artigo 20.º Caução .....	14
Artigo 21.º Recurso ao Ajuste Direto.....	14
Artigo 22.º Legislação aplicável .....	14
ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO.....	15
ANEXO III MODELO DA DECLARAÇÃO COM INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL.....	16

## **Artigo 1.º**

### **Objeto de Concurso**

**1.** O concurso público n.º 64/CPIB/2023 tem por finalidade a celebração de contrato escrito para a aquisição de **“serviços externos para elaboração do projeto do Centro para a Inovação e Qualificação em Saúde Sustentável (CIQaSS), que integrará a Escola Superior de Saúde (ESSa) do Instituto Politécnico de Bragança (IPB)”**, nos termos e de harmonia com as disposições do caderno de encargos, programa preliminar e respetivos anexos.

**2.** O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, enquadrando-se num procedimento por concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

**3.** O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é 71240000-2 - Serviços de arquitetura, engenharia e planeamento.

## **Artigo 2.º**

### **Entidade adjudicante**

A entidade pública contratante é o Instituto Politécnico de Bragança, Pessoa Coletiva n.º 600013758, com sede no Campus de Santa Apolónia, 5300-253 BRAGANÇA - Telefone n.º. 273303200 – Fax 273325405, *e-mail*: [economato@ipb.pt](mailto:economato@ipb.pt), cujo horário de funcionamento é das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30 horas, todos os dias úteis.

## **Artigo 3.º**

### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, Sr. Professor Doutor Albano Agostinho Gomes Alves, nos termos da competência delegada no Despacho n.º 9333/2019, publicado no Diário da República – 2ª Série, n.º 198, de 15 de outubro de 2019.

## **Artigo 4.º**

### **Júri do procedimento**

**1.** O concurso é conduzido por um júri, designado para o efeito de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designado pelo órgão indicado na cláusula anterior, composto em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá e dois suplentes, exceto quando tenha sido apresentada uma única proposta.

**2.** Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, é delegada no júri a competência para a prestação de esclarecimentos sobre as peças do procedimento, nos termos deste programa e do artigo 50.º do CCP.

### **Artigo 5.º**

#### **Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

**1.** As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda., desde o dia da publicação do anúncio no JOUE e Diário da República.

**2.** O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta via plataforma.

**3.** Para ter acesso à plataforma da ACIN, deverá efetuar os seguintes passos:

**a.** Caso não esteja inscrito deverá aceder a "[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão e a Política de privacidade". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os emails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados os documentos de adesão da empresa, devidamente assinados pelos representantes legais. Mais informações poderão ser obtidas através do N.º 707 451 451.

**b.** Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o Programa do Concurso e o Caderno de Encargos estão disponíveis para consulta nos serviços da entidade adjudicante, no endereço mencionado no art.º 2º, para consulta aos interessados durante as horas de expediente (das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30), desde o dia da publicação do anúncio, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 130º do CCP, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 6.º**

#### **Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento**

**1.** No primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública. No mesmo prazo, os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov, uma Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos", na qual identifiquem,

expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- a)** Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b)** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c)** Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;

**2.** O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

**3.** O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.

**4.** Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que procederam ao levantamento do processo de concurso e publicitada na plataforma eletrónica de contratação pública, de acordo com o artigo n.º 50º do Código dos Contratos Públicos.

### **Artigo 7.º**

#### **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri de Concurso.

### **Artigo 8.º**

#### **Documentos que constituem as propostas**

**1.** A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e indica as condições em que se propõe fazê-lo. Para o efeito, a proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a)** Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools>).
- b)** Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar contenham os atributos da proposta, relativos aos aspetos de execução do contrato submetido à concorrência, de acordo com os quais o concorrente se dispõe contratar, nomeadamente o Anexo III e outros documentos que permitam, de forma expressa e inequívoca, avaliar a proposta do

concorrente de acordo com o critério de adjudicação, com os respetivos fatores e subfactores, constante no art.º 15.º do presente Programa do Procedimento.

**c)** Termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos, relativamente aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule.

**2.** No caso de agrupamento de concorrentes (seja de pessoas coletivas, seja de pessoas singulares) a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes ou, ainda, pelo representante comum, nos termos do número seguinte;

**3.** No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta pode ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido para cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso;

**4.** Além dos documentos referidos no ponto anterior, a proposta pode conter quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis aos esclarecimentos dos atributos da proposta;

**5.** Os eventuais agrupamentos assumem a natureza de responsabilidade solidária;

**6.** Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

### **Artigo 9.º**

#### **Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

### **Artigo 10.º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 11.º**

#### **Propostas de preço anormalmente baixo**

Para a prestação do serviço em causa, as propostas de valor igual ou inferior a €250.000,00 serão consideradas propostas de preço anormalmente baixo.

### **Artigo 12.º**

#### **Prazo e modo de apresentação das propostas**

**1.** As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 20:00 horas do **45.º dia** a contar da data de envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.

- 2.** As propostas deverão ser apresentadas através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, diretamente na plataforma referida no ponto 1 (um), que emitirá aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo da receção de cada proposta com referência às respetivas data e hora de submissão.
- 3.** A apresentação da proposta através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados descritos no número anterior deverá ser efetuada nos termos e condições previstos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 4.** A proposta e os documentos que a constituem devem ser assinados pelo representante legal do concorrente ou por procurador, através do recurso a uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos dos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 5.** No caso de o concorrente ser um agrupamento de empresas, a proposta deve ser assinada pelo representante comum ou, não existindo este, por todas as pessoas com poderes para obrigar todas as empresas que o compõem, nos mesmos termos indicados no número anterior.
- 6.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
- 7.** Todos os documentos e informações exigidos por lei e/ou indicados neste programa de concurso, devem instruir a proposta sob pena de exclusão da mesma.
- 8.** Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes do termo do prazo constante do n.º 1 da presente cláusula.

### **Artigo 13.º**

#### **Admissão das propostas**

São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a)** Que foram recebidas após o prazo fixado para a apresentação de propostas;
- b)** Que não apresentem algum dos documentos descritos no art.º 7.º do presente Programa, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
- c)** Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos;
- d)** A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;



- e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados pelo Júri;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

#### **Artigo 14.º**

##### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

#### **Artigo 15.º**

##### **Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade Multifator, correspondente da alínea a) do Art.º 74 do CCP, na qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

2. A adjudicação, implica a ponderação dos seguintes fatores e correspondentes ponderações:

- A. Preço (P)**..... Ponderação 50%
- B. Qualidade (Q)**..... Ponderação 25%
- C. Exequibilidade Técnica e Sustentabilidade (ETS)**..... Ponderação 25%

A **Classificação final (CF)** de cada proposta será atribuída da seguinte forma:

$$CF = 0,50 \times P + 0,25 \times Q + 0,25 \times ETS$$

Em que:

P = Pontuação atribuída ao preço de cada proposta;

F = Pontuação atribuída ao fator Qualidade;

Q = Pontuação atribuída ao fator Exequibilidade Técnica e Sustentabilidade.

As classificações de cada um dos fatores antes enunciados serão obtidas através das seguintes formas de valoração:



**A. Preço (P)**

Para adjudicação deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo atribuída a pontuação de 0 (zero) pontos, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$P = 95 - \frac{95}{PB - PAB} \times (PP - PAB)$$

Em que,

P = Pontuação Final do fator preço;

PB = Preço base;

PAB = Preço Anormalmente Baixo ( $\leq$  €250.000,00)

PP = Preço da proposta em análise.

No caso de ser apresentado um preço anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos tenham sido apresentados e considerados pelo Júri, será aplicada a seguinte fórmula:

$$P = 100 - \frac{5}{PAB} \times PP$$

Em que,

P = Pontuação Final do fator preço;

PAB = Preço Anormalmente Baixo ( $\leq$  €250.000,00)

PP = Preço da proposta em análise.

**B. QUALIDADE (Q)**

No fator Qualidade da proposta (Q), serão avaliados os subfactores Identidade arquitetónica (IA), Integração e relação com a envolvente (IE), e Versatilidade e polivalência (VP). Para este fator, a classificação resulta da aplicação da fórmula infra:

$$Q = 0,40 \times IA + 0,40 \times IE + 0,20 \times VP$$

Em que,

P = Pontuação Final do fator Qualidade;

IA = Pontuação do subfactor Identidade arquitetónica;

IE = Pontuação do subfactor Integração e relação com a envolvente;

VP = Pontuação do Versatilidade e polivalência.

**1) Identidade arquitetónica (IA)** - Para este subfactor, a pontuação será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos a atribuir da seguinte forma:

**a)** Será atribuída a pontuação de **100 (cem) pontos**, às propostas que apresentem, simultaneamente, evidências de:

- i.** criação de uma identidade arquitetónica para o novo edifício de forma a inserir-se harmoniosamente na malha urbana existente e constituir-se como elemento estruturante, reforçando a qualidade do espaço público envolvente, garantindo uma imagem bem integrada do ponto de vista arquitetónico e criando um impacto público positivo.
- ii.** conceção arquitetónica que, incorporando inovação, interligue o caráter do lugar com uma visão contemporânea do espaço de ensino superior;
- iii.** integração funcional do edifício com as instituições e o espaço público envolvente, designadamente a inclusão de áreas do edifício para as unidades funcionais previstas;
- iv.** inclusão de espacialidades e ambientes que integrem tradição académica e inovação no contexto do ensino superior;
- v.** conciliação da localização específica no edifício, em função de aspetos como a orientação solar, posição na fachada, entre outros.

**b)** Será atribuída a pontuação de **75 (setenta e cinco) pontos**, às propostas que satisfaçam, ainda que parcialmente, os requisitos acima.

**c)** Será atribuída a pontuação de **50 (cinquenta) pontos**, às propostas que satisfaçam, minimamente, os requisitos acima.

**d)** Será atribuída a pontuação de **0 (zero) pontos**, às propostas que não satisfaçam os requisitos acima.

**2) Integração e relação com a envolvente (IE)** - Para este subfactor, a pontuação será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos a atribuir da seguinte forma:

**a)** Será atribuída a pontuação de **100 (cem) pontos**, às propostas que apresentem, simultaneamente, evidências de:

- i.** articulação adequada com o espaço contíguo e integração com o ordenamento urbanístico;
- ii.** integração com os arruamentos existentes, complementando os princípios urbanísticos inerentes à mesma, qualificando vistas, percursos de diferentes escalas e zonas de permanência no espaço público;

**iii.** promoção do sentido urbano do edifício, através de uma presença urbana qualificada e de uma relação franca com o espaço envolvente, nomeadamente com o futuro Museu de Língua Portuguesa;

**iv.** promoção da ligação física e funcional com o Hospital;

**v.** integração harmoniosa, da volumetria e materialidades propostas, na paisagem envolvente;

**vi.** contribuição para um equilíbrio entre a escala e a linguagem das construções envolventes.

**b)** Será atribuída a pontuação de **75 (setenta e cinco) pontos**, às propostas que satisfaçam, ainda que parcialmente, os requisitos acima.

**c)** Será atribuída a pontuação de **50 (cinquenta) pontos**, às propostas que satisfaçam, minimamente, os requisitos acima.

**d)** Será atribuída a pontuação de **0 (zero) pontos**, às propostas que não satisfaçam os requisitos acima.

**3) Versatilidade e polivalência (VP)** - Para este subfactor, a pontuação será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos a atribuir da seguinte forma:

**a)** Será atribuída a pontuação de **100 (cem) pontos**, às propostas que apresentem, simultaneamente, evidências de:

**i.** uma conceção de espaços do edifício que sejam capazes de, com pequenas alterações, adequar-se à variação do número de alunos e da oferta formativa, de modo a dar resposta à dinâmica do contexto formativo expectável para o tempo de vida útil da Escola, inserida no contexto apresentado no Programa Preliminar;

**ii.** uma Conceção versátil e polivalente, que permita utilizar os espaços de forma flexível e eficiente.

**b)** Será atribuída a pontuação de **75 (setenta e cinco) pontos**, às propostas que satisfaçam, ainda que parcialmente, os requisitos acima.

**c)** Será atribuída a pontuação de **50 (cinquenta) pontos**, às propostas que satisfaçam, minimamente, os requisitos acima.

**d)** Será atribuída a pontuação de **0 (zero) pontos**, às propostas que não satisfaçam os requisitos acima.

### **C. EXEQUIBILIDADE TÉCNICA E SUSTENTABILIDADE DA PROPOSTA (EST)**

Para este fator, a pontuação será numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos a atribuir da seguinte forma:

**a)** Será atribuída a pontuação de **100 (cem) pontos**, às propostas que apresentem, simultaneamente, evidências de:

- i.** uma conceção de soluções construtivas e técnicas que demonstrem boa e eficiente exequibilidade, bem como uma relação vantajosa entre o custo da intervenção e as soluções de eficiência energética e sustentabilidade propostas;
- ii.** um sistema construtivo privilegiando materiais de reduzida pegada ambiental e um ciclo de vida com durabilidade e manutenção eficientes;
- iii.** utilização de estratégias passivas de conforto ambiental, otimizando luz e ventilação naturais, minimizando gastos energéticos e garantindo boa certificação energética para o edifício, num contexto de edifícios com necessidades de energia tendencialmente nulas;
- iv.** adequabilidade das soluções técnicas à estimativa orçamental proposta para a obra, sem prejuízo da qualidade construtiva em matéria de conforto ambiental e considerando uma paleta de materiais compatível com a racionalização de custos inerente ao projeto;
- v.** adoção de soluções que assegurem baixos custos de manutenção e conversão do edifício;
- vi.** soluções de inovação nos processos construtivos que permitam reduzir os tempos de execução da empreitada, como o recurso a alguns elementos de construção modular industrializados;
- vii.** soluções de eficiência hídrica e de aproveitamento de fontes renováveis de energia.

**b)** Será atribuída a pontuação de **75 (setenta e cinco) pontos**, às propostas que satisfaçam, ainda que parcialmente, os requisitos acima.

**c)** Será atribuída a pontuação de **50 (cinquenta) pontos**, às propostas que satisfaçam, minimamente, os requisitos acima.

**d)** Será atribuída a pontuação de **0 (zero) pontos**, às propostas que não satisfaçam os requisitos acima.

No caso de se verificar um empate na **Classificação Final (CF)**, para o desempate serão tidas em consideração as seguintes componentes individuais dos serviços submetidos à concorrência, pela seguinte ordem:

- 1-** Proposta com menor valor;
- 2-** Proposta com maior pontuação no fator Qualidade;
- 3-** Proposta com maior pontuação no fator Exequibilidade Técnica e Sustentabilidade;

**4-** Se, mesmo assim, o empate persistir, o desempate será efetuado através de sorteio, em ato público, sendo convocados os concorrentes mediante notificação efetuada através da Plataforma Eletrónica ACINGOV com a antecedência mínima de 2 dias. O Júri elaborará a respetiva ata que documentará os trabalhos realizados e os resultados do sorteio, a qual se juntará ao processo e será divulgada a todos os concorrentes.

#### **Artigo 16.º**

##### **Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação**

- 1.** A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas.
- 2.** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação

#### **Artigo 17.º**

##### **Documentos de habilitação**

- 1.** O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual, e no artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, através de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante. No caso de esta se encontrar indisponível os referidos documentos devem ser enviados para o endereço de correio eletrónico a seguir indicado: [economato@ipb.pt](mailto:economato@ipb.pt).
- 2.** Os documentos devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de **5 (cinco) dias** após a receção da respetiva notificação, através da plataforma eletrónica de contratação pública.
- 3.** O Adjudicatário dispõe do prazo de **5 (cinco) dias** para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, na sua redação atual.

#### **Artigo 18.º**

##### **Não apresentação dos Documentos de Habilitação**

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a)** No prazo fixado no presente programa do procedimento; ou
- b)** Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos noutra língua.

#### **Artigo 19.º**

##### **Prevalência**

Nos termos do artigo 51.º do CCP as normas constantes do mesmo código prevalecem sobre

quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

### **Artigo 20.º**

#### **Caução**

- 1.** Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, não é exigida caução.
- 2.** A entidade adjudicante pode, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos no N.º3 do artigo 88.º do CCP.

### **Artigo 21.º**

#### **Recurso ao Ajuste Direto**

A Entidade Adjudicante poderá recorrer ao procedimento por ajuste direto, ao abrigo do disposto no artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP, caso venha a ser adjudicatário em novos procedimentos contratuais, que consistam na repetição de serviços similares.

### **Artigo 22.º**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovadas pelo D.L. 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar.

## **ANEXO II**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



### **ANEXO III**

#### **MODELO DA DECLARAÇÃO COM INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL**

\_\_\_\_\_ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão ou objeto social, morada ou sede), pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por concurso público n.º XX/CPIB/2023, para **“SERVIÇOS EXTERNOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DO CENTRO PARA A INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM SAÚDE SUSTENTÁVEL (CIQASS), QUE INTEGRARÁ A ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE (ESSA) DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA (IPB)”**, a que se refere o anúncio de procedimento n.º \_\_\_\_ datado de \_\_/\_\_/2023, obriga-se a celebrar e executar o contrato em conformidade com o respetivo Caderno de Encargos, pelos seguintes valores contratuais:

- 1.1. Anteprojeto: \_\_\_\_\_ (numerário e extenso);
- 1.2. Projeto de execução: \_\_\_\_\_ (numerário e extenso);
- 1.3. Assistência técnica: \_\_\_\_\_ (numerário e extenso).

No valor global de \_\_\_\_\_, (numerário e extenso), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, nos termos do disposto nos artigos 60º e 97º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial e submete-se, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro do Tribunal da Comarca de Bragança, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data...

Assinatura...